



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário **0000859-02.2024.5.08.0107**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 31/10/2024

Valor da causa: R\$ 111.114,52

Partes:

RECLAMANTE: KELVE DO SOCORRO SANTOS FERNANDES

ADVOGADO: PITER AFONSO LINDEN

ADVOGADO: MIRIAN LOURENI DE SOUZA

RECLAMADO: BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A

ADVOGADO: MARIA INES CALDEIRA PEREIRA DA SILVA MURGEL

RECLAMADO: BANCO DO BRASIL SA

ADVOGADO: MARCOS DELLI RIBEIRO RODRIGUES

PERITO: FRANCISCO DE ASSIS CAPUZZO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
1ª VARA DO TRABALHO DE MARABÁ
ATOrd 0000859-02.2024.5.08.0107
RECLAMANTE: KELVE DO SOCORRO SANTOS FERNANDES
RECLAMADO: BB TECNOLOGIA E SERVICOS S.A E OUTROS (1)

SENTENÇA

I – RELATÓRIO

KELVE DO SOCORRO SANTOS FERNANDES, reclamante, devidamente qualificado nos autos, ajuizou ação trabalhista em face de BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. e BANCO DO BRASIL S.A., reclamadas, igualmente qualificadas.

Alegou manter vínculo de emprego com a primeira reclamada desde 06/03/2014 e narrou que exercia a função de Técnico de Operações, realizando manutenção de equipamentos em agências do Banco do Brasil com exposição diária e habitual a risco elétrico, sem observância das medidas de proteção.

Postulou a condenação das reclamadas, solidariamente, em diversas parcelas: a) adicional de periculosidade; b) indenização por danos morais, além da obrigação de fazer de retificação do PPP e anotação do labor em condições especiais na CTPS.

Requeru a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça e a condenação da reclamada em honorários de sucumbência.

Atribuiu à causa o valor de R\$ 111.114,52 e juntou documentos.

Conciliação recusada.

Foi dispensada a leitura da inicial.

Contestações escritas, juntadas aos autos com documentos e suscitando a prescrição.

As preliminares foram rejeitadas em audiência.

A alçada foi fixada no valor da inicial.

Foi deferido ao reclamante prazo para manifestação acerca da defesa e documentos e foi apresentada manifestação.

Foram ouvidas as partes em depoimentos pessoais e foi produzida prova testemunhal e pericial.

Sem outras provas, encerrou-se a instrução processual.

Razões finais remissivas pelo reclamante e prejudicada pelas reclamadas.

Prejudicada a conciliação.

É a síntese da controvérsia.

Decide-se.

II – FUNDAMENTAÇÃO

DA LIMITAÇÃO AOS VALORES INDICADOS NA INICIAL

Conforme disposição do art. 840, § 1º, da CLT, c/c arts. 319 a 324, do CPC, o pedido deve ser certo e determinado, com indicação de seu valor, não se fazendo necessária sequer a juntada de planilha de liquidação de cálculos na fase de conhecimento, bastando a indicação dos valores de cada pedido, a ser feita por estimativa, conforme entendimento da SDI-II do C. TST e em consonância com o princípio da simplicidade, regente do processo do trabalho. Nesse sentido: TRT da 8ª Região; Processo: 0000239-65.2021.5.08.0019 ROT; Data: 16/12/2021; Órgão Julgador: 3ª Turma; Relator: ANTONIO OLDEMAR COELHO DOS SANTOS; TRT da 8ª Região; Processo: 0000581-67.2020.5.08.0001 ROT; Data: 12/03/2021; Órgão Julgador: 1ª Turma; Relator: ROSITA DE NAZARE SIDRIM NASSAR.

No que se refere à limitação da condenação em face dos valores constantes nos pedidos apresentados de forma líquida em reclamação trabalhista, devem ser considerados como mera estimativa, não limitando a condenação, em atenção à Instrução Normativa nº 41/2018 c/c art. 840, §1º, da CLT e aos princípios constitucionais que regem o processo do trabalho, em especial os princípios do amplo acesso à jurisdição (art. 5º, XXXV, da CF), da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e da proteção social do trabalho (art. 1º, IV, da CF). Nesse sentido, extenso e elucidativo presente da SBDI-I, do TST: Emb-RR-555-36.2021.5.09.0024, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Relator Ministro Alberto Bastos Balazeiro, DEJT 07/12/2023.

Por derradeiro, registre-se que, em havendo condenação, a sentença será acompanhada de cálculos de liquidação, não havendo qualquer prejuízo ao exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa pela reclamada (art. 794, da CLT).

DA IMPUGNAÇÃO AOS DOCUMENTOS

A impugnação aos documentos pela reclamada é meramente formal, razão pela qual não deve prevalecer tendo em vista os princípios da informalidade, simplicidade e instrumentalidade, que regem o processo do trabalho. Ademais, o art. 830 CLT autoriza a declaração de autenticidade realizada pelo advogado, sob pena de sua responsabilidade pessoal. A análise da prova documental será realizada de forma global, em momento oportuno, por ocasião do julgamento de cada pedido.

DO MÉRITO

DA PRESCRIÇÃO

Considerando-se a tese jurídica fixadas por ocasião do julgamento do IAC no 2 deste E. TRT (0000679-21.2021.5.08.0000), no sentido da aplicação da Lei nº 14.010/20 ao Direito do Trabalho, com suspensão do prazo prescricional de 20/03/2020 a 30/10/2020, em atenção aos arts. 1º, parágrafo único, e 3º da referida lei;

Considerando-se a previsão dos arts. 7º, XXIX, da CF, e 11 da CLT e o entendimento consolidado na Súm. 362, do TST;

Considerando as datas do ajuizamento da presente reclamação trabalhista (31/10/2024), PRONUNCIA-SE a prescrição das pretensões anteriores a 20/03/2019, inclusive no que diz respeito às parcelas do FGTS sobre os valores pagos no curso do contrato.

Excetuam-se as pretensões de natureza meramente declaratória (art. 11º, § 1º, da CLT) e as férias, pronunciando-se a prescrição destas nos termos do art. 149 da CLT.

Ante o exposto, EXTINGUE-SE o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC, quanto às pretensões alcançadas pela prescrição.

DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Conforme imperativo legal insculpido no art. 190 da CLT, compete ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a classificação e fixação dos critérios de caracterização das atividades insalubres, limites de tolerância aos agentes agressivos, meios de proteção e o tempo máximo de exposição dos empregados, de forma que, para fins de pagamento do adicional de insalubridade, não basta que seja constatada a existência de agentes insalubres. Para tanto, é inafastável a classificação

da atividade, do agente insalubre e de seus limites de tolerância, de maneira que os elementos necessários à percepção do adicional respectivo somente podem ser verificados concretamente.

Os temas tratados nos anexos 7, 8, 9 e 10 da NR 15, (radiação não ionizante, vibrações, frio e umidade) foram enfrentados mediante normas sintéticas, indicadoras penas dos parâmetros básicos para a vistoria do perito, a cargo de quem fica o correto enquadramento do ambiente de trabalho, podendo o perito se valer de normas técnicas e descrever o maior ou menor grau de conforto do ambiente, não estando adstrito a mensurações ou limites de tolerância ou qualquer outra ordem de grandeza. São conhecidos como anexos qualitativos.

Acerca da periculosidade, as atividades e operações perigosas com inflamáveis encontram regulamentação na NR 16. Os inflamáveis são tratados pelo anexo 2 da NR 16, que, de forma diversa do anexo 1, traz dezenas de hipóteses e descrições, destacando-se que algumas atividades não são associadas à definição de “área de risco” ou “área de operação”, caso de todos aqueles que atuam na produção, transporte, processamento e armazenamento de gás liquefeito, bem como dos motoristas e ajudantes que atuam: (i) no transporte de inflamáveis líquidos e gasosos liquefeitos em caminhão-tanque; (ii) no transporte de vasilhames (em caminhão de carga), contendo inflamável líquido, em quantidade total igual ou superior a 200 litros, quando não observado o disposto nos subitens 4.1 e 4.2 do anexo 2; e (iii) no transporte de vasilhames (em carreta ou caminhão de carga), contendo inflamável gasosos e líquido, em quantidade total igual ou superior a 135 quilos.

Feitas as necessárias considerações de ordem teórica, passa-se a análise do acervo probatório.

O laudo pericial concluiu pela existência de periculosidade no ambiente laboral. *In verbis*.

8- DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, de acordo com o levantamento técnico e sua análise, o estudo da função, tarefas, atividades, tipo de exposição ao agente nocivo (energia elétrica), e, considerando os fatos e a legislação vigente, o Perito do Juízo conclui que as atividades e operações realizadas pelo Reclamante, CARACTERIZAM ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS, EM TODO O PACTO LABORAL, CONSIDERANDO O PERÍODO IMPRESCRITO, conforme determina o ANEXO 4 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES PERIGOSAS COM ENERGIA ELÉTRICA da NR 16 - ATIVIDADES E

OPERAÇÕES PERIGOSAS, Portaria GM n.º 3.214, de 08 de junho de 1978.

Isso posto, em que pese não estar o magistrado adstrito ao laudo pericial, nos termos do art. 479, do CPC, para a desconsideração do laudo do expert, se fazem necessárias fortes evidências, passíveis de serem demonstradas de plano, de que as conclusões do perito não correspondem à realidade, o que não é o caso dos autos.

Dessarte, julga-se PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, para condenar a reclamada ao pagamento de adicional de periculosidade de 30% sobre o salário-base do reclamante, no período imprescrito até 31/10/2024, data do ajuizamento da ação, com reflexos em gratificação natalina, férias acrescidas de 1/3 e FGTS.

Ademais, julga-se PROCEDENTE o pedido de obrigação de fazer, determinando-se a anotação, na CTPS (física ou digital) do autor, da condição especial de labor em ambiente perigoso, bem como a retificação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), para que dele conste expressamente o desempenho de atividades de risco. Fixa-se o prazo de 5 (cinco) dias, contados do trânsito em julgado, para que seja comprovado, nos autos, o integral cumprimento da obrigação, sob pena de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais), limitada a R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Por fim, considerando-se o que consta no art. 26, parágrafo único da Lei 8.036/90 e a tese vinculante firmada pelo C. TST no julgamento do Tema 68 dos Recursos Repetitivos (RRAg-0000003-65.2023.5.05.0201), os valores relativos aos recolhimentos do FGTS e da respectiva indenização de 40% devem ser depositados na conta vinculada, e não pagos diretamente ao trabalhador, condenando-se a primeira reclamada na obrigação de fazer de proceder ao recolhimento das diferenças devidas a tal título.

Transitado em julgado este capítulo da sentença, intime-se a reclamada para comprovar o cumprimento da obrigação, no prazo de 48 horas, sob pena de multa de R\$ 100,00 por dia de atraso, limitado ao valor da obrigação principal, sem prejuízo da execução dos valores devidos.

Considerando-se natureza jurídica do FGTS, a reversão de astreintes eventualmente incidentes deverá se dar nos termos seguintes: (i) 50% para o exequente; (ii) 50% para o Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS), em conta a ser indicada pela CEF.

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A simples constatação de verbas inadimplidas não é suficiente para ensejar a condenação ao pagamento da indenização vindicada, sendo imperiosa a demonstração de prejuízo de ordem moral. Em que pese o desrespeito deliberado a direitos básicos dos trabalhadores mereça ser combatido com rigor, para desestimular condutas precarizadoras das relações de trabalho, as circunstâncias de cada caso concreto carecem de sopesamento com o acervo probatório, a fim de autorizar a avaliação do potencial danoso.

Nesse sentido, a atual, notória e iterativa jurisprudência do TST, afirmadora de que o mero descumprimento das obrigações trabalhistas, no caso em tela supressão do adicional de periculosidade, não acarreta, por si só, a configuração do dano extrapatrimonial, devendo haver prova robusta dos danos causados, em especial, a ofensa aos direitos da personalidade, como a honra, a integridade ou a imagem, aspecto jurídico que, vale dizer, não restou comprovado nos autos. Por todos, confira-se o seguinte julgado: TST-RRAg-100853-94.2019.5.01.0067, 8a Turma, Relator: Min. Alexandre Agra Belmonte, julgado em 19/12/2022.

Ante todo o exposto, não tendo a parte autora se desincumbido do ônus do fato constitutivo do seu direito (art. 818, I, da CLT), julga-se IMPROCEDENTE o pedido de condenatório ao pagamento de indenização por danos morais.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

Para configuração da litigância de má-fé, deve haver prova cabal de ocorrência de alguma das hipóteses do art. 793-B, da CLT. O mero exercício dos direitos de ação e de ampla defesa (art. 5º, XXXV, CF) não configuram abuso de direito ou litigância de má-fé, até por se tratar de um direito fundamental.

Nesse sentido, o direito de ação e o regular exercício do direito de defesa não se vinculam à mera procedência ou improcedência do pleito inicial.

No caso em tela, não se verificou a ocorrência de nenhuma das hipóteses legalmente estabelecidas, sendo certo que a interpretação das normas sancionadoras deve se dar de forma restritiva.

Indefere-se.

DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

O reclamante postulou os benefícios da justiça gratuita, declarando não ter condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração assinada e anexada aos autos.

Segundo o art. 790, §§ 3º e 4º, da CLT, o benefício da gratuidade da justiça será concedido àqueles que perceberem salário igual ou inferior a 40% do limite máximo dos benefícios do RGPS ou àqueles que comprovarem insuficiência de recursos.

Por seu turno, o art. 5º, LXXIV, da CF consagra o dever do Estado de prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos e o art. 99, §3º, do CPC, de aplicação supletiva ao processo do trabalho.

Nesse quadro, o art. 15 do CPC estabelece a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida por pessoa natural.

A partir da interpretação sistemática desses preceitos, não é possível exigir dos trabalhadores que buscam seus direitos na Justiça do Trabalho - na sua maioria, desempregados - a comprovação de estarem sem recursos para o pagamento das custas do processo. Deve-se presumir verdadeira a declaração de pobreza firmada pelo autor, na petição inicial, ou feita por seu advogado, com poderes específicos para tanto.

Nesse sentido, o entendimento consagrado pela 7ª Turma do TST, em decisão de 23.06.2020, de relatoria do Ministro Cláudio Brandão (TST - RR: 105209120185030062, Relator: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 23/06/2020, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 30/06/2020).

Isso posto, tratando-se de presunção de natureza relativa, cabe prova em contrário, cujo ônus é da reclamada, por constituir-se em fato impeditivo do direito do reclamante (art. 818, II, da CLT e 373, II, do CPC).

Não havendo nos autos a produção de elementos aptos a infirmar a presunção decorrente da declaração, deferem-se os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 790, § 4º, da CLT, c/c arts. 99, § 3º, e 15, ambos do CPC.

DA RESPONSABILIDADE DOS LITISCONSORTES

À luz da CLT, configura-se grupo econômico trabalhista quando empresas, ainda que formalmente distintas, atuam sob direção, controle ou administração comuns, respondendo solidariamente pelos créditos laborais (art. 2º, §2º). Com a Reforma Trabalhista, passou-se a exigir, adicionalmente, a presença de interesse integrado, comunhão de interesses e atuação conjunta, não sendo suficiente a mera identidade de sócios (art. 2º, §3º).

Diante disso, observa-se no próprio sítio eletrônico institucional da primeira reclamada, na seção "Quem somos" da BBTS (<https://www.bbts.com.br/quem-somos/>), a afirmação de que a empresa integra o conglomerado do Banco do

Brasil, o que evidencia a existência de controle e direção comuns, bem como a comunhão de interesses na prestação de serviços finalísticos.

Destaca-se, ainda, que, conforme a própria defesa da primeira reclamada, não há negativa de que o Banco do Brasil S.A. figure como acionista controlador da BBTS.

Nesse contexto, reconhece-se como procedente o pleito de responsabilização solidária entre BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. e BANCO DO BRASIL S.A. pelos créditos decorrentes da presente decisão, diante da configuração de grupo econômico, nos termos do art. 2º, §2º, da CLT.

DOS HONORÁRIOS PERICIAIS

Considerando-se, dentre outros, os requisitos constantes do art. 21 da Resolução 247/2019 do CSJT: a) a complexidade da matéria; b) o nível de especialização e o grau de zelo profissional ou do órgão; c) o lugar e o tempo exigidos para prestação do serviço; e d) as peculiaridades regionais;

Considerando-se o evidente zelo da profissional na elaboração do laudo, detalhadamente fundamentado e com observância de todos os requisitos pertinentes;

Considerando-se o zelo e técnica na quantificação da perda de capacidade, algo que por muito tempo não se viu nos laudos periciais;

Arbitram-se honorários periciais no importe **R\$ 1.900, (mil e novecentos reais)**, a cargo da reclamada, sucumbente no objeto da perícia, nos termos do art. 790-B, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017.

DOS HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA

Ante à regra definida no § 3º do art. 791-A, da CLT e considerando que, havendo pluralidade de vencedores, os honorários de sucumbência deverão ser partilhados entre eles, na proporção das respectivas pretensões, observada a regra da proporcionalidade (art. 86, do CPC), fixam-se honorários sucumbenciais de **10% (dez por cento)** devidos:

(a) pelas reclamadas, para os patronos do reclamante, apurados sobre o valor total da condenação;

(b) pelo reclamante, para os patronos das reclamadas, sobre o valor dos pedidos improcedentes, representativos do proveito econômico obtido, observados os montantes indicados na petição inicial.

Quando houver mais de um causídico regularmente apontado em instrumento de mandato, haverá solidariedade ativa na titularidade dos honorários, o que justificará a liberação dos honorários a um ou apenas alguns dos patronos discriminados, não sendo obrigatório o fracionamento da verba entre todos.

No Processo do Trabalho, diante da multiplicidade de pedidos, na hipótese de deferimento parcial do pedido, deve-se atentar à “sucumbência parcial mínima”, conforme art. 86, parágrafo único do CPC, segundo o qual “se um litigante sucumbir em parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pelas despesas e pelos honorários”, dispositivo aplicável na forma do art. 769, da CLT. A eventual indicação de um dos advogados na planilha de cálculos como titular da verba honorária não impede a liberação dos honorários por meio da expedição de alvará em benefício do escritório de advocacia que patrocina a parte.

Esclareça-se que, em atenção ao que consta do art. 791-A, § 2º, da CLT, para fixação do percentual, foram observados o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e a importância da causa, bem como o trabalho realizado pelos advogados e o tempo despendido.

No que se refere à natureza e importância da causa, foi observada a complexidade das matérias e a sua recorrência.

Quanto ao tempo despendido e trabalho realizado, atentou-se à extensão das peças e documentação anexada, ao número de sessões e à forma de participação.

No que se refere à possibilidade de condenação do beneficiário de gratuidade de justiça em honorários de sucumbência, nos termos do acórdão da ADI 5766, é inconstitucional a legislação que presume a perda da condição de hipossuficiência econômica para efeito de aplicação do benefício de gratuidade de justiça, apenas em razão da apuração de créditos em favor do trabalhador em outra relação processual, dispensado o empregador do ônus processual de comprovar eventual modificação na capacidade econômica do beneficiário.

Conforme a decisão que rejeitou os Embargos de Declaração interpostos na ADI, o STF não enfrentou a constitucionalidade do § 4º como um todo ou da possibilidade de condenação do beneficiário de gratuidade de justiça em honorários de sucumbência, ainda que com suspensão da exigibilidade, limitando-se o julgamento aos estritos limites da inicial.

Assim, persistiram convivendo dois precedentes vinculantes: a ADI 5.766 e a decisão proferida pelo Pleno deste E. TRT na ArgIncCiv 0000944-91.2019.5.08.0000, que declarou a inconstitucionalidade *in totum* do § 4º.

Isso posto, conforme acórdãos recentes de todas as turmas deste E. TRT, vêm sendo reconhecido, de forma expressa, o overruling (superação) do precedente estabelecido no julgamento do ArgIncCiv 0000944-91.2019.5.08.0000, em razão da decisão proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade, de maneira que deve o beneficiário de gratuidade de justiça ser condenado ao pagamento de honorários de sucumbência, ficando as obrigações decorrente da sucumbência sob condição suspensiva de exigibilidade, exequíveis apenas se, nos dois anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, as referidas obrigações. Nesse sentido, a recente decisão monocrática na Reclamação 60.142.

DA LIQUIDAÇÃO, COMPENSAÇÃO E DEDUÇÃO

Existindo nos autos elementos suficientes para a apuração das parcelas deferidas nesta sentença, segue-se à liquidação por cálculos, conforme planilha de cálculos em anexo, que faz parte integrante da presente decisão, tendo sido observados os parâmetros reconhecidos nesta sentença.

Considerando-se a suspensão da exigibilidade dos honorários sucumbenciais a cargo do beneficiário de gratuidade de justiça, a liquidação da referida parcela somente deverá ocorrer após a comprovação de que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos justificadora da concessão dos benefícios.

DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA O CUMPRIMENTO DA DECISÃO

Transitado em julgado o presente feito, observando-se a necessidade de prévio requerimento por parte do exequente (art. 878, da CLT), a obrigação de pagar ou a oferta de garantia deverá ser cumprida no prazo de 48 horas (art. 880, da CLT), após intimada, sob pena de penhora de bens, observada a ordem legal de preferência, não sendo aplicável ao processo do trabalho a multa prevista no art. 523, § 1º, do CPC, consoante tese fixada no Tema nº 4 dos Recursos Repetitivos (IRR 1786-24.2015.5.04.0000).

Havendo interposição de recurso, após o trânsito em julgado, a Contadoria do Juízo deverá proceder à atualização dos cálculos.

No que se refere aos honorários sucumbenciais devidos pela parte beneficiária de gratuidade de justiça, comprovada a ocorrência de mudança substancial na situação econômica que ensejou a concessão dos benefícios (791, § 4º, da CLT), deverão os autos ser encaminhados à Contadoria do Juízo para liquidação da parcela e posterior intimação para pagamento, no prazo de 48 horas, sob pena de execução.

Quanto à execução das parcelas previdenciárias decorrentes de sentença trabalhista condenatória ou homologatória de acordo, deve ser iniciada de ofício (art. 878-A, da CLT).

DOS RECOLHIMENTOS PREVIDENCIÁRIOS E FISCAIS

Para efeito de cumprimento do que estabelece o art. 832, § 3º, da CLT, introduzido pela Lei N. 10.035/00, declararam-se de cunho indenizatório e não tributáveis as parcelas deferidas por esta sentença enquadradas entre aquelas previstas no art. 214, § 9º, do Decreto N. 3048/99, inclusive FGTS, conforme art. 28 da Lei N. 8.036/90.

Os reflexos do aviso prévio indenizado no 13º salário proporcional possuem natureza indenizatória.

Recolhimentos previdenciários a serem efetuados pela reclamada, na forma do art. 43 da Lei n. 8.212/91, calculadas mês a mês (art. 276, § 4º, Decreto 3.048/99), observados os critérios da Súm. 368, TST e da Súm. 21 do E. TRT da 8ª Região, cabendo às reclamadas recolher e comprovar nos autos, sob pena de execução ex officio, nos termos do art. 114, VIII, da CF.

Recolhimentos fiscais suportados pelo autor, a serem efetuados pelas rés na forma do art. 46 da Lei nº 8.541/92 e regulamentos aplicáveis à espécie, inclusive IN RFB 1.500/2014, observando-se os critérios da Sum. 21 do E. TRT da 8ª Região e da Súm. 368, do TST, c/c art. 404, do CC, OJ 400, da SDI-I, do TST, e Súm. 386, do STJ.

DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA

Correção monetária tomando por época própria o mês subsequente ao da prestação de serviços, a partir do dia 1º (art. 459, § 1º, da CLT e Súm. 381 do C. TST), excepcionando-se as verbas rescisórias, caso em que a correção monetária será devida após o prazo estabelecido no art. 477, § 6º, da CLT.

No que se refere ao índice de correção monetária e juros aplicáveis aos créditos decorrentes de condenação judicial na Justiça do Trabalho, deve ser observado o entendimento firmado no julgamento conjunto das ADCs nº 58 e 59 e ADIs 5867 e 6021, com eficácia *erga omnes* e efeito vinculante, bem como as alterações inseridas pela Lei 14.905/2024 no Código Civil, cuja vigência iniciou em 30.08.2024.

Assim, dada a irretroatividade das leis não penais (Súm. 307, do TST), devem ser observados:

1) na fase pré-judicial, o IPCA-E (correção monetária) mais a TRD (juros legais) acumulados no período compreendido entre a data de vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento (art. 39, caput da Lei 8.177/91), desde que tal pagamento tenha ocorrido antes do ajuizamento da ação;

2) na fase judicial, a partir do ajuizamento da ação e até 29/08/2024, apenas a taxa SELIC (art. 406 do Código Civil) tanto para correção monetária quanto para juros; **e, a partir de 30/08/2024, o IPCA** para correção monetária (art. 389, Parágrafo Único do CCB/2002) mais, para juros de mora, o resultado da subtração da SELIC pelo IPCA (§ 1º do art. 406 do CCB/2002), desde que positivo (§ 3º do art. 406 do CCB/2002)

Nesse sentido: TST - RRAg: 01012253020185010018, Relator: Hugo Carlos Scheuermann, Data de Publicação: 16/09/2024).

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, na ação trabalhista movida por KELVE DO SOCORRO SANTOS FERNANDES em face de BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS S.A. e BANCO DO BRASIL S.A, DECIDE-SE, na forma da fundamentação, que faz parte integrante do presente dispositivo, PRONUNCIAR A PRESCRIÇÃO, EXTINGUINDO-SE o presente feito, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, II, do CPC, quanto às pretensões alcançadas pela prescrição); e julgar PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: a) **condenar a primeira reclamada na obrigação de fazer**, consistente na anotação, na CTPS (física ou digital) do autor, da **condição especial de labor em ambiente perigoso**, bem como na **retificação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP)**, para que dele **conste expressamente o desempenho de atividades de risco**;

b) **condenar ambas as reclamadas, solidariamente**, ao pagamento do **valor líquido constante do relatório de cálculos anexo**, o qual, disponível no PJe, **integra a presente decisão para todos os fins de direito**, observados os parâmetros reconhecidos nesta sentença.

Deferem-se ao reclamante os benefícios da justiça gratuita, nos termos da lei, conforme fundamentação.

Fixam-se honorários sucumbenciais de 10%, nos termos da fundamentação.

Arbitram-se honorários periciais no importe **R\$ 1.900,00, (mil e novecentos reais)**, a cargo da reclamada, sucumbente no objeto da perícia, nos termos do art. 790-B, da CLT, com redação dada pela Lei 13.467/2017.

Recolhimentos previdenciários e fiscais, juros e correção monetária, na forma da fundamentação.

Custas pela reclamada, no valor constante do relatório de cálculos.

Partes cientes com a publicação da sentença no DJEN.

NADA MAIS.

MARABA/PA, 25 de agosto de 2025.

DOUGLAS CONTRERAS FERRAZ
Juiz do Trabalho Substituto



Documento assinado eletronicamente por DOUGLAS CONTRERAS FERRAZ, em 25/08/2025, às 16:05:00 - 4cc155e
<https://pje.trt8.jus.br/pjekz/validacao/25082515212161800000051267859?instancia=1>
Número do processo: 0000859-02.2024.5.08.0107
Número do documento: 25082515212161800000051267859